

# Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado

Sofia Helena Cardoso  
Rodrigues

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p510-526

**Resumo:** O ensaio aqui proposto contempla a atuação da História e da Arqueologia, duas disciplinas consolidadas de contato com o passado, e sua relação com o uso da Memória, conceito abstrato que é utilizado por ambas as áreas, e que ainda existe por si fora dos campos acadêmicos de investigação, como mecanismo orgânico cerebral. Arqueologia e História têm, além de um histórico comum de uso pela academia, uma retrospectiva de discussão, ora afastando-se, ora aproximando-se, ou ainda, reduzindo a individualidade uma das outras; ações as quais refletem na sociedade. Memória, uma das principais ferramentas de uso destas, entra também como poder social. Desta forma, temos por objetivo, no presente texto, a realização de um breve panorama do surgimento e percebimento delas enquanto disciplinas e conceito, respectivamente; bem como sua relação entre si e com a prática milenar humana de contato com tempos precedentes. Sintetizamos e comparamos algumas teorias acadêmicas dos dias de hoje que discorrem sobre o assunto, na busca por trazer reflexões sobre afinidades da prática das mesmas. Le Goff (1990) e Pierre Nora (1993), enquanto historiadores e teóricos do uso da memória, assim como Gordon Childe (1977), Bruce Trigger (2004) e Alain Schnapp (1996), em seus lugares de arqueólogos de diferentes eras, são os estudos que, comparados com demais fontes historiográficas chave, forneceram nosso suporte de análise. Almejamos refletir sobre a significância individual delas ao mesmo tempo em que atuam de modo conjunto na construção de narrativas sobre o passado.

**Palavras-chaves:** Arqueologia; História; Memória; Passado.

\* Graduanda em História pela Unicamp, e bolsista de Iniciação Científica pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. E-mail para contato: sofiahelenacr@gmail.com

## Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado

### Introdução

Arqueologia, História, Memória. Presumivelmente, dois destes conceitos são encarados como acadêmicos, enquanto o outro existe conforme existe a humanidade. Arqueologia e História, quando grafadas com iniciais maiúsculas, sugerem disciplinas e práticas científicas e metodológicas. Já memória, seja ela escrita com maiúscula ou minúscula, fica à mercê do indivíduo que a lê, podendo significar um desenvolvimento cognitivo humano inato, um processo saudoso, ou ainda, forma de resistência.

No entanto, para se ter bem consolidado que possuem sentidos e caminhos individuais, tais conceitos teriam que ter nascido com finalidades diferentes, ou, ao menos, contar com uma fase de ruptura bem definida. Se existe alguma correspondência entre os termos, e ela é a crua relação com o passado, torna-se provocativo refletir, pois, em quais pontos eles diferenciam-se, mas também em quais convergiam (ou convergem), trabalhando em cima de suas respectivas individualidades (ou individualismos).

Dentre as três práticas, a memória talvez seja aquela menos problemática - ainda que, na contemporaneidade, abarque negacionismos e anticientificismos. Abrangendo tanto o intelecto dos que defendem a academia como estrato erudito quanto ao mais humilde cidadão, a memória é a conexão com uma herança de aprendizagem que, com certeza, é a agente principal para, no mínimo, a sobrevivência do indivíduo. Em resumo, a memória, enquanto fabricação de mitos, ajuda a orientar a ação coletiva e é um substituto humano para o instinto (MACNEILL, 1986, p. 104). Mas também é oportunidade de transmissão de aspectos culturais, costumes, linguagens e expressões que inserem o sujeito na comunidade mãe. E, no

Sofia Helena Cardoso Rodrigues

caso dos acadêmicos, é responsável muitas vezes pela escolha do tema de pesquisa que mais tarde vai pertencer à História ou Arqueologia.

Por outro lado, de modos por vezes mais tumultuosos, a Arqueologia ora propusera uma relação pacífica com a História, ora a afrontara, como forma de defesa e legitimação – dizendo que a História não existiria sem ela. A História, por sua vez, nesta linha, muito já atacou a Arqueologia, a definindo como disciplina auxiliar, e não reconhecendo a existência desta enquanto disciplina *sui generis*. Contudo, assim como existe uma memória sem História, existe uma história sem História.

Deste modo, ponderamos as circularidades e sobreposições destas três práticas de relação com o passado. A palavra circularidade é a este respeito usada porque entendemos que, além das variações circulares acima abordadas quanto aos repetitivos momentos da cronologia historiográfica de harmonia entre as práticas, seguidos por discordâncias etc., há um esquema muito preferido por autores teóricos que utilizam História, memória e Arqueologia como metodologias: várias das bibliografias clássicas que buscam pensar sobre a história da História e sua interdisciplinaridade abordam justamente ela e alguma coisa. Nomes desde Gordon Childe (1977), Pierre Nora (1993), Le Goff (1990) e Pedro Paulo Funari (2021), com grandes e universais teorias, até nomes como Jonathan Cruz (2010) e Alexandre Godoy com Claudia Plens (2016), em histórias regionais de microescala, fazem uso em peso destas pequenas epígrafes: “História e Memória”; “Arqueologia e História”; “Arqueologia e Memória”. Já “sobreposições”, é ademais utilizada neste contexto para identificar em cada um destes momentos os diferentes espaços que os três conceitos repartem entre si: ora em uma tripartição de mesma porcentagem, ora tendo a soberania de um sobre o outro.

## Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado

A fim disso, então, dividimos nossa análise em uma inicial retomada histórica da existência e uso da arqueologia e história como forma de contato e uso do passado, seguida por desenvolvimento e engatinhar de uma metodologia que mais tarde se tornaria duas disciplinas em contexto europeu. Problematizando tal ocidentalização por meio de uma análise de seu próprio âmago, finalizamos, por fim, com as variações e atribuições de sentido já no seio de uma definição contemporânea ocidental (que para o caso da História é pós Revolução Francesa e Iluminismo; no caso da Arqueologia é pós antiquarismo; e no caso de memória fica à mercê dos diversos ramos das humanidades ou das sociedades como um todo que a vão definir).

### Nascimento do relacionamento com o passado

Em primeiro lugar, temos que ter em mente que a prática de tais conceitos vem muito antes da consolidação enquanto disciplinas. Ainda que “Memória” não seja uma matéria acadêmica, ela é em peso conceituada e estigmatizada dentro daquelas que se chamam disciplinas modernas (pós século XIX). Desta maneira, se o ser humano sempre fez uso da memória enquanto configuração para sobrevivência, torna-se relativístico debater sobre seu nascimento – visto que a memória inclusive enquanto relação social não é particular dos seres humanos<sup>1</sup>.

Assim, de onde vale começar a investigar a memória? Alain Schnapp (1996), nos aponta, ao discorrer sobre o começo da história, que a memória já era usada como uma forma de manutenção do poder e das dinastias, ainda no século VI a.C. Le Goff (1990), nessa via, fala do uso da memória como o *vívido* da relação com o passado,

---

<sup>1</sup> Segundo argumento de J. M. Adovasio, Olga Suffer e Jake Page, em **Sexo Invisível**: o verdadeiro papel da mulher na pré-história, por exemplo, antes mesmo do surgimento do *homo sapiens sapiens*, haveria distribuições contínuas de funções entre as sociedades de *homo erectus*, ou neandertais, tais quais divisão entre os sexos e linhagem matrilinear, passagem de conhecimentos sobre manufatura de objetos etc.

Sofia Helena Cardoso Rodrigues

que obedece a *interesses* individuais e coletivos. Por conseguinte, uma auto percepção da memória como ferramenta pode ser, talvez, o nascimento de um relacionamento consciente com o passado. A consciência com o passado se cria do uso do passado para legitimação do presente. E não só a consciência de uma época anterior ao momento em que se encontra, mas também do indivíduo se entender no tempo como um todo contínuo. Nas palavras de Le Goff, “a oposição passado/presente é essencial na aquisição da consciência do tempo” (Le Goff, 1990, p. 13).

A história, por sua vez, nasce da transformação da memória de legitimação de certos grupos para uma investigação de toda a humanidade (ou aquilo que se considerava humanidade), ainda de acordo com Schnapp (1996). No entanto, há que se pensar: o que é história? E o que é História? Quando pensamos em história como contrária à pré-história, atribuímos caracteres ocidentalizantes, já que história seria correntemente aquilo pautado pela escrita tradicional – chegada em meados do quinto século a.C. de modo genérico. Mas, ainda que de devido modo problematizada, conforme leituras como Funari (2002), Schmidt e Mrozowski (2013) e Lightfoot (1995) têm feito, como aplicar, pois, uma história não ocidentalizante?

A resposta, contudo, pode vir a ser aquela não mais satisfatória para o leitor. Todos os estudos que utilizamos de certo modo são ocidentais. Além de todos autores europeus e /ou filiados à Escolas europeias, a própria preocupação que eles abordam em definir História, Arqueologia e Memória é uma preocupação europeia. Leia-se bem, não que as demais culturas não tenham a preocupação e relação com o passado. Por outro lado, elas têm preocupações particulares, incapazes de serem uniformizadas a partir do nomeado “método científico” definido segundo somente escolas europeias. Contudo, as historiografias dos dias de hoje continuam replicando uma linha mais ou menos comum de origem e desenvolvimento justamente por

**Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado**

terem berço ocidental. Os próprios eventos caracterizados por rupturas e definições das disciplinas, tais quais referidos acima (Iluminismo [séc. XVIII], antiquarismo [sécs. XVI-XIX], escrita, etc.), são eventos completamente em contexto europeu.

Como dito, a memória e a relação com o passado são inatas à sobrevivência dos humanos. Mas, de modo paradoxal, ainda continuam sendo objetos de estudo por perspectivas não-neutras, como é de praxe em toda historiografia. Em concordância com Bruce Trigger, “interpretações históricas são notoriamente subjetivas, a tal ponto que muitos historiadores chegam a considerá-las meras expressões de opiniões pessoais” (TRIGGER, 2004, p. 05). Portanto, pensar em História, pensar em Arqueologia, pensar em Memória, e problematizá-las, é um ato europeizado (ainda que nos dias de hoje seja vista uma diferença em termos de Arqueologia europeia, americana e russa, por exemplo). Ademais, Pierre Nora (1993) também propõe que esta História, no caso a de investigar os mitos fundadores e memórias de seus predecessores, não é inocente, é crítica e enviesada. Nesta via, as bibliografias dos dias de hoje preocupadas em estabelecer uma origem da História, que é o estudo da história, coloca a Antiguidade Clássica como origem, num paradigma ocidentalizante. Heródoto, no século V a.C., propusera métodos e disciplina para lembrar as conquistas de tudo o que considerava civilização – não em um caráter de supremacia, mas sim investigatório, a respeito da lembrança de conquistas do que ele entendia por humanidade de modo geral; e sempre em suporte escrito (SCHNAPP, 1996) (LE GOFF, 1990).

Já a arqueologia (em minúsculo aqui por ser a prática de materialidade, não a disciplina), teria nascido antes disso ainda, mas de modo diferente da sempre constante atribuição de importância basal da escrita. Schnapp (1996) propõe a primeira evidência da prática arqueológica retomando ao século sexto antes da Era

Sofia Helena Cardoso Rodrigues

Comum. Um tijolo com inscrições cuneiformes encontrado no Iraque demonstraria o desejo, por parte dos babilônicos, por legitimidade histórica com base num objeto tradicional. No entanto, passando por uma maturação Clássica, a “arqueologia” seria praticada na Grécia e em Roma apenas raramente como produtora de histórias reais (TRIGGER, 2004). Como iremos propor mais para frente neste ensaio, a arqueologia como interesse pleno na materialidade dos objetos só se dá na Modernidade, com os antiquários.

Porém, com o início das três práticas de contato com o passado devidamente apresentadas, uma pergunta torna-se sobressalente: então, tanto Arqueologia quanto a História, enquanto nascentes, não tiveram a mesma finalidade entre si, e entre a memória? Segundo o citado acima, as três práticas seriam, por fim, apenas relação para com o passado para justificar ou entender o presente, pois é o presente que faz juízo de valor e uso do passado, para se estabelecer e se explicar. Em consequência, será que, em posterior, com a separação delas em disciplinas e metalinguagens sobre suas próprias histórias haverá maior diferenciação e justificação para que sejam tão discernidas entre si? Ao fim e ao cabo, visto que todas nasceram para afirmar o homem do presente – muitas vezes em caráter de poder – qual é a legitimidade, então, de se existir, hoje, profissões diferentes e não apenas especializações dentro de um mesmo campo? Tais disciplinas ainda hoje se baseiam em uma ideia de poder, mesmo que camuflada? O que significa, para as ciências humanas, e para o conhecimento corrente, a individualização e descentralização dessas matérias?

### **Crescimento das práticas e compreensão de seu papel para com o passado**

Para responder esses questionamentos, deve-se passar brevemente pela fase de desenvolvimento de tais práticas, mas antes da consolidação em disciplinas de mesmas formas com as quais encontramos nos dias de hoje. A partir da adoção da

**Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado**

escrita, estes manuscritos e demais documentos passaram a ser, de maneira quase que universal, essenciais participantes das sociedades nas quais estavam inseridos. Registros e mais registros históricos foram criados, perpassando e divulgando relações, aspectos culturais e de poder. Todavia, além de participarem no dia a dia das camadas sociais letradas, tais como cortes e, mais tarde, burguesias, esses suportes documentais já eram utilizados como fonte histórica para compreensão de como o presente se formou daquele modo com o qual se encontrava. A exemplo, inúmeras crônicas escritas por clérigos cronistas - algumas delas conhecidas até hoje, como as histórias do Rei Arthur e Merlin - eram a tradução de uma realidade geográfica alheia e por vezes estranha ao Oriente Próximo (berço do cristianismo) para um suporte bíblico em si (TRIGGER, 2004).

A arqueologia, no entanto, a qual não havia sido utilizada em peso senão para a preservação de poucas obras sacras a princípio, mais tarde passa a ser objeto de análise na busca por combater, justamente o acesso estrito à história por meio dos documentos escritos (SCHNAPP, 1996). Isto é, enquanto a Medievalidade era dominada por narrativas históricas de caráter escrito, a Modernidade, pós Renascimento e conseqüente desejo de retomada ao passado Clássico, insere uma prática bem definida: colecionamento de objetos da antiguidade. E é aqui que nascem os antiquários. Inicialmente voltados apenas para a exposição e colecionamento de artefatos greco-romanos, se transformam, ao longo do tempo de existência (cerca de três séculos). De curiosos Clássicos, passam para colecionadores de culturas "exóticas", fazendo uso em peso de artefatos e obras asiáticas e americanas. Depois, por fim, com a advinda do método científico e escavações, tais linhas de estudiosos foram as ancestrais diretas dos arqueólogos acadêmicos propriamente ditos.



Sofia Helena Cardoso Rodrigues

Mas, retornando à memória, novamente, para analisá-la enquanto ponte para o passado de quem a usa, há necessidade de fazer história. A memória, muitas vezes praticada onde a escrita não era via essencial – tanto em sociedades e comunidades sem sistemas escritos, ou ainda, no âmago das sociedades europeias, mas por aquela população não letrada e por vezes marginalizada, caracterizou-se como forma de resistência, que mantinha na oralidade e na língua falada a possibilidade de legitimação. A memória, como *objeto* de estudo das disciplinas europeizadas dos dias de hoje, é vista como particular de cada grupo social.

Mesmo que consolidadas, a Arqueologia e a História, de igual forma, continuaram, e continuarão, se desenvolvendo com o passar do tempo. Dentro de disciplinas acadêmicas estabelecidas dentro do chamado método científico, suas preocupações vão moldar a visão de seus objetos de estudo. Ou seja, ainda que nos mesmos objetos, mesmos suportes, além, logicamente, de unidades novas que são sempre encontradas por pesquisas e escavações, inúmeras revisões e releituras são feitas das fontes já consolidadas. Isto varia, pois, como dito, devido ao fato de que são disciplinas feitas por homens, e tais homens só as conduzem por causa de um sistema de memória que estão inseridos. Não diferente, a própria Memória, como instituição metalinguística, irá também ser preocupação de estudo a partir do momento em que é percebida.

Pierre Nora (1993), nesta linha de confronto entre história e memória, argumenta que:

Um dos sinais mais tangíveis desse arrancar da história da memória é, talvez, o início de uma história da história, o despertar, recente, na França, de uma consciência historiográfica. (...). Dos cronistas da Idade Média aos historiadores contemporâneos da história 'total', toda a tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado da memória e seu aprofundamento espontâneo, a reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha (NORA, 1993, p. 10).

## Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado

### **Consolidação e autocompreensão: concentração das problemáticas, descentralização e interdisciplinaridade da investigação do passado**

Em meados do século XIX, principalmente em países como Alemanha, França e Inglaterra, é que se inicia o traçado de uma definição das ciências acadêmicas. E, a partir da independência e singularidade das disciplinas universitárias consolidadas, começa-se a ter, definitivamente, as diferentes Escolas de pensamento, cada qual em sua matéria individual. Mas, além dos diferentes fluxos de pensamento ao longo do tempo, uma própria definição do que são tais disciplinas é por vezes difícil. Torna-se mais fácil definir o objeto de estudo, as fontes e metodologia de pesquisa, do que propriamente o conceito do nome.

Marc Bloch (2001), um dos pais desta nova História (não ainda o movimento dito “História Nova”, de Le Goff [1990]), aponta que História nada mais é do que o estudo dos homens no tempo. Mas, nesta linha, a Arqueologia, a Antropologia, e todas as humanidades de forma geral também não o seriam? Funari (2021), dentro de uma vertente americana de pensamentos arqueológicos, define que a História é o estudo dos *documentos escritos*, enquanto a Arqueologia seria o estudo da *cultura material*. Contudo, principalmente em contextos coloniais, entra em vez a Arqueologia Histórica (ORSER JR, 1992), que nada mais seria do que justamente o diálogo entre os dois suportes.

Neste caminho, percebe-se então a existência de inúmeras vertentes de pensamento, que perpassam o tempo (de modo especial no século XX), mas também pesquisadores, tendo diferentes pontos de vista em uma mesma época historiográfica. Dentro da História, Escolas germânicas, Escolas francesas e Escolas britânicas são alguns dos exemplos. E, no âmago das francesas, temos as gerações dos Annales (iniciadas por Bloch), as quais definiram grande parte das formas de

Sofia Helena Cardoso Rodrigues

olhar dos pesquisadores (ou também os diferentes *poderes* regentes na locução da pesquisa), e onde a memória é tomada como fonte, mas também objeto *fornecedor* de fontes. Le Goff (1990), nesta linha, mostra que História é o estudo dos homens no tempo, inclusive ao compreender o passado pelo presente. E, aqui, podemos integrar Pierre Nora (1993) novamente. Para ele, a história seria o estudo do passado imóvel, enquanto que o presente, em constante mudança, seria pautado pela memória. Então, aqui, não há possibilidade de a prática conjunta de memória ser história e vice-versa.

A Arqueologia muito se desenvolve paralela à essas movimentações. Suas diferenciações, ao longo do tempo, ocorrem com base nas divergentes preocupações com as quais os arqueólogos trabalharam em cima do artefato: Arqueologia histórico-cultural, preocupada em estabelecer histórias e paralelos culturais, bem como datações (emergente em fins do século XIX até a década de 1960); Arqueologia processual, voltada às estruturas e a um olhar cientificista (concentrada nas décadas de 1960 até 1980); e Arqueologia pós processual, atual, que se distingue em outras várias, tais como Arqueologia simbólica, Arqueologia cognitiva e Arqueologia crítica, nas quais, finalmente, a memória subjetiva e tentativa de retomada à subjetividade (para além da objetividade dos fatos), também é atrelada aos objetos físicos (ORSER JR, 1992).

Mas, ademais do paralelismo de tais disciplinas, muitas vezes elas se cruzam. Por mais que Marc Bloch, em 1940, estipulara que a Arqueologia nada mais seria do que uma ciência auxiliar à prática histórica, com a advinda de problematizações sobre a Pré-História, percebeu-se que a Arqueologia é uma matéria por si só, por poder dar voz aos subjugados que, sem sistema de escrita, não tinham sido atribuídos à uma

## Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado

história, à um reflexo de vivência, a uma marca no mundo (FUNARI, 2021), senão aquela mantida vívida pela força da memória.

A exemplo, com um caso brasileiro, a Arqueologia, como mecanismo de identificação de objetos de poder dentro de hierarquia dos mais diversos grupos étnicos, assim como a perduração de uma cultura oral nesses mesmos existentes até hoje, possibilita a reivindicação de direitos ancestrais e abre espaço para a retomada de terras, culturas e proteção. Em outras palavras, a conclusão trivial de que a história é a história dos vencedores, consegue ser ultrapassada a partir de usos da Arqueologia e outras fontes de narrativa do passado que não em suporte documental.

### Considerações Finais

Afinal, Arqueologia e Memória não são, por fim, História? Ou história? Um arqueólogo não é em primeira instância um historiador? Um historiador é ocasionalmente arqueólogo? A partir da definição de que história, em minúsculo, nada mais é do que a vivência do homem na terra, qualquer ação dele é histórica. Logo, o fato dele promover estudos, assim como qualquer outra forma de se impor perante a vida, é história. Qualquer que seja o modo de estudo, seja em ciências em geral, seja na História ou na Arqueologia, é um ato histórico. Entretanto, Gordon Childe (1977) nos lembra, há meio século atrás, que só é histórico o pensamento registrado, para ser apropriado ou lembrado pela Arqueologia, Memória ou História. Segundo ele, “um pensamento ou uma intenção só poderão ter significado histórico quando se exprimem numa ação pública (...). Todos os dados arqueológicos constituem expressões de pensamentos e de finalidades humanas e só têm interesse como tal” (CHILDE, 1977, p. 11).

Sofia Helena Cardoso Rodrigues

Portanto, a memória, como forma de expressão de ação pública, assim como os objetos, base de estudo da Arqueologia, ou ainda os documentos escritos, da História, são história quando perdurados de alguma forma na eternidade do suporte físico (ou mental/oral). Contudo essa mesma História, enquanto definição do conceito epistemológico desta ação, tem mais difícil definição. Segundo a visão de Schnapp (1996) da antiga prática de relação com passado, o antiquário e o historiador diferiam-se apenas pelos métodos. Mas, então, não seria assim a divisão dos atuais arqueólogos e historiadores na busca por tais pensamentos e intenções humanas que são a base de sua profissão?

Quando olhamos para os próprios historiadores, com certeza encontramos métodos também diferentes de trabalho para aquele que, por exemplo, toma por fonte manuscritos medievais do século décimo, e aquele que toma por fonte revistas econômicas já da década de 1980. Entretanto, além da fonte crua, primária, dois pesquisadores poderão ter uma abordagem diferente, ainda que lidando com o mesmo tipo de fonte. Um optará por fazer estudos de gênero, outro por panoramas de relações econômicas piramidais. Assim, de igual modo se conduz a Arqueologia. Ademais do ponto de vista padrão para compreensão de uma sociedade sem sistema reconhecido de escrita, um arqueólogo é a chave para o estudo dos silenciamentos históricos daquelas com escrita.

Por consequência, junto aos pontos de encontro nos quais o pesquisador usa conscientemente as epígrafes conjuntas (“História e Memória”, “Arqueologia e Memória”, “Arqueologia e História”), a decisão definitiva da função da pesquisa é também dele, todavia com base no sistema de tendências acadêmicas que está inserido, ou seja, no sistema de memórias que o possibilitou encontrar seu objeto de estudo. No caso de histórias de micro escala (micro histórias), a Arqueologia e a

## Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado

História, enquanto estudo de documentos do passado, são suportes para legitimar uma outra memória, desta vez objeto de análise, fazendo buscas por aspectos de resistência e sobrevivência nas expressões públicas, de Childe (1977).

Os fluxos atuais da disciplina, tais quais as preocupações da História Cultural – dos sujeitos, dos silenciamentos e das minorias é que recupera uma memória por vezes esquecida ou enfraquecida, sobrevivendo apenas pelos próprios sujeitos desacreditados. E da mesma forma, as disciplinas acadêmicas, aliadas com fluxos de democratizações, possibilitam a correção de memórias forçadas – colocadas a toda pelo dito *poder* histórico. Segundo Funari (2021), a Arqueologia é material essencial, então, para que essa memória corrente possa ser substituída, já que muitas vezes essa memória compõe uma narrativa histórica feita com base nos documentos escritos. E, neste caso, por fim, quem é a *fonte* da memória é a Arqueologia.

Já a História, enquanto estudo de documentos escritos, já é feita, na prática, pelo uso de um escopo maior do que apenas o estudo e comparação destes mesmos de modo cru. A memória é aquilo vivo, não registrado apenas no papel. E o que mais existe hoje são historiadores da memória, dos sujeitos que não encontram nos documentos escritos, nada mais que não os silêncios de seus objetos de vivência. Por fim, a História precisa da Arqueologia, e vice-versa, para a propagação das diferentes formas de memória (oral, de resistência, de lembrança de passado e formação do presente). Os documentos históricos, escritos, de modo obrigatório se encontram em suportes físicos, que, por vezes, precisam de um contexto arqueológico de base, e até mesmo uma escavação para conquistá-los. Arqueologia, por sua vez, necessita do contexto histórico, para deixar de ser apenas uma demonstração curiosa de objetos antiquários.

Sofia Helena Cardoso Rodrigues

Em conclusão, entender o percurso de tais esferas de contato para com o passado, bem como entender sua própria posição no tempo histórico oferece ao profissional da área a *opção* de se ter ciência e traçar, voluntariamente, seus passos. Além disso, o oferece também a possibilidade de trazer à luz sujeitos e narrativas as quais não puderam realizar tal traçado voluntário – e que tiveram suas histórias silenciadas e ou subordinadas à de maiores poderes. Em outras palavras, a discussão de Arqueologia, História e Memória é um campo em aberto, destinado aos aventureiros dos conceitos, mas também aos aventureiros da história em si.

### Referências bibliográficas

ADOVASIO, J. M.; SOFFER, Olga; PAGE, Jake. **Sexo invisível**: O verdadeiro papel da mulher na pré-história. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.

CAINO, Jonathan. Arqueologia e Memória: por um passado mais inclusivo para o município de Cruz Alta, RS. **O Brasil no Sul**: Cruzando fronteiras entre o regional e o nacional, Santa Maria: X Encontro Estadual de História, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Pré-História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

GODOY, A. P.; PLENS, C. R. Arqueologia da Memória da região (território) de Guarulhos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S. l.], n. 26, p. 27-41, 2016.

**Arqueologia, História e Memória: um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado**

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. **A História Nova**. [Tradução Eduardo Brandão]. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

LIGHTFOOT, Kent G. Culture Contact Studies: Redefining the Relationship between Prehistoric and Historical Archaeology. **American Antiquity**, Vol. 60, N. 2, pp. 199-217, 1995.

MCNEILL, William. **Mythistory and Other Essays**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

ORSER JR, Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

SCHMIDT, Peter R.; MROZOWSKI, S.A. (orgs.). **The Death of Prehistory**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SCHNAPP, Alain. **The Discovery of the Past: The origins of Archaeology**. London: British Museum Press, 1996.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

**Os diálogos entre a História e a Arqueologia**. Entrevistado: Pedro Paulo de Abreu Funari. Apresentação e produção: Guilherme Rodrigues. São Paulo: MAE-USP, 2021. Disponível em: [https://www.academia.edu/50573871/Os\\_di%C3%A1logos\\_entre\\_a\\_Hist%C3%B3ria\\_e\\_a\\_Arqueologia](https://www.academia.edu/50573871/Os_di%C3%A1logos_entre_a_Hist%C3%B3ria_e_a_Arqueologia). Acesso em: 19 de set de 2021.



